

# TEORIA DO CONHECIMENTO E PESQUISA SOCIAL<sup>1</sup>

IRINEU RIBEIRO DOS SANTOS<sup>2</sup>

**RESUMO** - A partir da consideração de que todo conhecimento científico deve visar, pelo menos idealmente, uma aplicação benéfica para o homem, discutem-se algumas questões fundamentais da Teoria do Conhecimento, procurando demonstrar sua complexidade (não percebida pelo senso comum) e a necessidade de uma teoria que a estude sistematicamente. Tendo como base elementos levantados nessa discussão geral, demonstra-se que toda pesquisa científica pressupõe o recurso, consciente ou inconsciente, a uma teoria, que estabeleça seus parâmetros básicos. Todas as teorias, assim como as técnicas de investigação a elas correspondentes, vinculam-se às perspectivas sociais dos vários grupos humanos, que constituem as sociedades complexas, e refletem, numa certa medida, seus interesses específicos e extracientíficos. Sendo assim, as teorias, como as técnicas de investigação, não podem ser consideradas absolutamente "neutras". A constatação desse comprometimento relativo das teorias exige do pesquisador uma vigilância epistemológica constante e uma continuada crítica metodológica, visando minimizar os efeitos da atuação de fatores extracientíficos e "ideológicos".

**ABSTRACT** - Based on the premise that, all scientific knowledge should be aimed at beneficial applications for mankind, the paper discusses some fundamental issues in the theory of knowledge, endeavouring to show its complexity (not perceived by common sense) and the need for a theory to study it systematically. Using elements taken from this general discussion, it is then demonstrated that all scientific research presupposes, consciously or unconsciously, the resort to a theory which can establish its basic parameters. All theories, as well as the investigation techniques associated with them, are linked to the social perspectives of the various human groups which make up complex societies, and to some extent reflect their specific, extra-scientific interests. Thus, theories and investigation techniques cannot be considered absolutely "neutral". Once this relative commitment of theory has been realized, the researcher must exercise constant epistemological vigilance and a continuous methodological critique, so as to minimize the effects of extra-scientific and "ideological" factors.

Quando alguém pretende abarcar em tão curto espaço e tão escasso tempo problemas tão amplos e complexos — como os que pretendemos discutir aqui — não pode abrigar a esperança de não cometer sérias omissões e erros graves e perceptíveis, disto tenho plena consciência. É o tributo que se paga para ser curto e breve, para não se ver na singular situação de criar algo que não cabe nem no tempo, nem

<sup>1</sup> Trabalho originalmente publicado em *Temas IMESC*, São Paulo, 1(2):119-26, 1984. Reeditado nesta revista com a permissão do autor.

<sup>2</sup> Sociólogo, MS, Professor do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, SP.

no espaço. Tanto para os erros quanto para as omissões, pedimos a condescendência dos ouvintes e eventuais leitores, e que considerem nossa contribuição na sua modesta e exata dimensão: trata-se de um ensaio que objetiva, antes que apresentar soluções, levantar problemas.

Diante do conhecimento entendido na sua mais ampla acepção, incluindo todas as práticas humanas que têm como objetivo e resultado, prioritários ou não, alguma interpretação da realidade inclusiva, assumimos, clara e conscientemente, o pressuposto de que ele só tem sentido e merece esforço se tiver alguma utilidade prática, clara ou obscuramente percebida, benéfica para o homem. Diante da ciência, em particular, assumimos, mais precisamente, a postura dos seus fundadores nos Tempos Modernos, como **Francis Bacon** e **Robert Boyle**, para os quais "sua verdadeira meta é dotar o gênero humano de maiores e melhores recursos" para sua sobrevivência e aperfeiçoamento.

É tendo como ponto de partida, digamos assim, essa declaração básica de princípios, que discutiremos alguns aspectos do fenômeno do conhecimento e da parte da filosofia geral que estuda especificamente a Teoria do Conhecimento, terminando por fazer algumas considerações sobre a prática da pesquisa nas Ciências Sociais.

Pode-se, de modo breve, definir a Teoria do Conhecimento como sendo a **explicação e interpretação filosófica do conhecimento humano, isto é, como sendo uma reflexão sistemática e rigorosa que busca iluminar problemas fundamentais como a possibilidade, origem, essência, forma e validade do conhecimento.** Todavia, para a grande maioria das pessoas, que por certo nunca refletiu senão superficialmente sobre ele, **o fenômeno do conhecimento não parece ser algo tão problemático que imponha a necessidade de uma teoria especial que o estude.** Afinal, todos têm diante de si, cotidianamente, amostras do enorme desenvolvimento do conhecimento, corporificado numa diversidade de aparatos tecnológicos e na solução de problemas de toda ordem. Porém, quando o consideramos com algum vagar, vemos que ele suscita vários e difíceis problemas que o comprometem irremediavelmente àquela aparente e cômoda simplicidade.

O conhecimento em geral é sempre uma relação que se estabelece entre um "sujeito" e um "objeto". De acordo com a visão ingênua e de senso comum, que não percebe sua problematidade, nessa relação o sujeito eleva ao nível de sua consciência, reprodutivamente, uma realidade existente por si, já estruturada e ordenada externamente. Ou seja, para essa visão, o ato de conhecer consiste na produção de uma cópia mental da realidade pelo sujeito, realidade essa que é concebida como algo fixo, cujas características vão sendo apreendidas gradativamente. De uma certa forma, o sujeito permanece passivo e o objeto como que fala por si mesmo. Nessa concepção, o conhecimento verdadeiro é aquele no qual o pensamento reproduz fielmente o real; o que está perfeitamente dentro de suas possibilidades.

Quando submetemos, porém, os postulados dessa visão a uma crítica cuidado-

sa, verificamos que, na verdade, a realidade não é uma totalidade harmonicamente construída, da qual o sujeito faz meramente uma leitura através dos seus aparelhos sensoriais. Pelo contrário, ela surge como algo desorganizado, caótico, que lhe oferece uma multiplicidade assustadora de impressões intercruzadas que, para se tornarem inteligíveis, ou seja, para se transformarem em conhecimentos, devem ser estruturadas e ordenadas. Todavia, os princípios que vão orientar essa estruturação e ordenação não estão presentes na própria realidade, ou, se lá estão, não são imediatamente percebidos pelo sujeito. Portanto, **no seu encontro com a realidade, o sujeito que se propõe conhecê-la deve adjudicar-lhe uma estrutura, uma determinada ordem.** Pois bem, aqui começam a surgir as questões que tomam o processo do conhecimento tão complexo e problemático. Se o sujeito estrutura o objeto para poder conhecê-lo, de onde extrai os elementos que informam essa estruturação? Como julgar a adequação desses elementos ao objeto estudado? A realidade, ao ser estruturada pelo sujeito, não se transformou em outra coisa que não ela própria? Se ela foi transformada, estruturada, portanto, de alguma forma alterada, qual a confiabilidade do conhecimento assim obtido?

De acordo com as respostas que dão a essas e a outras questões correlatas, surgem as diferentes teorias do conhecimento: dogmatismo, ceticismo, pragmatismo, relativismo, criticismo etc. Não vamos examinar, na seqüência, as propostas dessas diversas "escolas de pensamento", mas fixaremos nossa posição em face dessas questões e, a partir dela, discutiremos criticamente aspectos da pesquisa científica nas ciências sociais.

Quando examinado do ponto de vista da sociologia, o indivíduo humano não é considerado um mero organismo biológico. Pelo contrário, na perspectiva dessa disciplina, são privilegiados aqueles seus atributos que derivam de sua existência social. Isto é, aquelas propriedades que se constituem a partir de suas relações com outros indivíduos, de suas relações sociais. Com Marx, podemos dizer que, para a sociologia, "( . . ) a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais".

Da mesma forma, na relação do conhecimento, o indivíduo, como seu agente, não é apenas um ser biológico que recebe através de seus aparelhos sensoriais os estímulos da realidade circundante e os reproduz fielmente na forma de pensamento. Na verdade, o agente do conhecimento, além de um ser biológico, é um "dispositivo teórico-social". Isto quer dizer, em termos mais simples, que sua percepção da realidade não está apenas condicionada pelas qualidades intrínsecas e limitações da sua sensibilidade enquanto organismo biológico, mas também é determinada pela "perspectiva" a partir da qual a sociedade de que é membro contempla o "mundo" (a ciência é apenas um e nem sempre principal elemento dessa perspectiva), em cujos termos foi socializado e se formou como ser pensante. Isto porque, como diz Mannheim (1955), o pensamento (conhecimento) individual sempre transcorre den-

tro de uma realidade histórico-social, de onde apenas se destaca gradativamente. A rigor, pode-se dizer que não são os indivíduos isolados que pensam e conhecem, mas sim grupos de homens, sociedades e subsociedades é que desenvolvem um determinado estilo de pensamento que consiste numa série de infinitas respostas aos diferentes problemas que a existência lhes coloca e os quais caracterizam sua situação comum. O indivíduo participa da forma de pensar do grupo humano do qual faz parte (seja uma sociedade ampla, um subsistema dessa sociedade, uma classe social etc.). Ocorre com o pensamento e com as formas de conhecer o mesmo que ocorre com a linguagem: nenhum indivíduo é dotado de uma linguagem própria. Ele fala a língua do seu grupo e emprega suas fórmulas expressivas. Da mesma forma que ao nascer já encontra pronta a linguagem através da qual vai se expressar, e que continuará subsistindo depois de sua morte, encontra também pré-formados os modelos de pensamento através dos quais vai compreender a realidade:

“O sujeito que pensa aprende a pensar dentro da sociedade em que se encontra, antes mesmo de se descobrir como ser pensante. Aprende a pensar se comunicando com os que o cercam, e, com a linguagem incorpora a forma de pensar que ela contém como própria. Ainda quando se considera apenas essa comunicação nos seus aspectos mais simples e imediatos, já se pode verificar que nela se acham com destaque as explicações que a sociedade em questão dá de si mesma e do seu mundo” (Limoeiro s.d.).

Sendo assim, ao contemplar a realidade, o indivíduo vai ver e perceber aquilo que sua sociedade o ensinou a perceber; aquilo que é congruente e harmônico com a “visão do mundo” (da qual, repetimos, a ciência é apenas um dos componentes) da sociedade a que pertence e que foi internalizada em sua mente, ao longo do processo de socialização. São abundantes os exemplos que confirmam esta afirmação: na selva, um aborígine é capaz de discernir coisas, indícios que um civilizado jamais verá, embora a visão de ambos seja física, fisiológica e neurologicamente a mesma; um esquimó é capaz de distinguir nove tipos diferentes de neve, enquanto que nós um só etc. Em suma, como diz Kuhn (1970): “O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência prévia o ensinou a ver. Na ausência de tal treino, somente pode haver aquilo que James, citado por Kuhn (1970), chamou de ‘confusão atordoante e intensa.’” Neste sentido, podemos então dizer que a “natureza” sobre a qual vai incidir o conhecimento é “construída”, em parte, pela própria sociedade: “Tanto a ciência da natureza como a própria filosofia negligenciaram por completo a influência do homem sobre o pensamento; ambas somente reconhecem, por um lado, a natureza, por outro, o pensamento. Pois bem, é precisamente a transformação da natureza pelo homem, e não só a natureza como tal, a base mais essencial e imediata do pensamento humano, e a inteligência do homem se desenvolveu na medida em que ele aprendeu a transformar a natureza” (Engels 1953).

Essa transformação, essa, digamos assim, “humanização da natureza”, é fundamental porque, na sua origem, o conhecimento é essencialmente prático, isto é, o **homem precisa conhecer a natureza para transformá-la**, através de seu trabalho, nos elementos necessários à sua sobrevivência. Neste sentido, **um conhecimento total e exaustivo da realidade não só é desnecessário como seria inútil e ineficaz**.

Como vimos antes, a realidade se apresenta ao homem como um conjunto infinito e complexo de estímulos de todos os tipos que se cruzam desordenadamente. Para poder sobreviver nesse emaranhado assustador, ele é obrigado a **selecionar** aqueles aspectos da realidade que estão mais diretamente ligados às suas necessidades imediatas e descartar os demais como, pelo menos temporariamente, irrelevantes. A sua situação é análoga a de um turista que se desloca numa cidade desconhecida, recorrendo ao auxílio de um mapa. É claro que, se este mapa reproduzir pontualmente todos os aspectos da cidade, ele será menos eficiente do que uma representação estilizada e simplificada, a qual somente registre os marcos fundamentais de orientação e omita os detalhes desnecessários, que só provocariam confusão. Neste mesmo sentido, um mapa rodoviário e uma carta aeronáutica de uma mesma região contêm, como indicações importantes e principais, coisas completamente diferentes. O mapa aviador seria de escassa utilidade para o automobilista e vice-versa. Sempre o “mapa” ou **representação estilizada da realidade**, deve ser adequado aos propósitos que se têm em vista, para os objetivos que se pretende atingir. Voltando aos exemplos anteriores do selvagem e do esquimó, compreenderemos, então, que eles são capazes de ver coisas que nós não vemos porque **sua sobrevivência depende dessa capacidade**. O aborígene que não conseguir seguir as pistas da caça na floresta, ou não for capaz de distinguir um animal perigoso de um pacífico, terá reduzida a sua capacidade de sobrevivência, da mesma forma que o esquimó incompetente que não souber diferenciar os vários tipos de neve.

Assim, cada cultura, cada sociedade constrói sua “visão do mundo” a partir dos problemas sempre cambiantes que sua existência material suscita. Sua sobrevivência e funcionamento como grupo organizado vai depender da eficácia prática das respostas, das soluções que consiga produzir para esses problemas. É neste sentido que afirmamos que **o conhecimento, em geral, e o conhecimento científico, em particular, são fenômenos sociais: são formas particulares da construção social da realidade pelas coletividades. Não podem, portanto, explicar-se por si mesmos, como se fossem absolutamente autônomos, como se resultassem de uma pretensa evolução do “espírito humano em geral”, ou das regras e aplicações de um método científico abstrato e formal, tal como foi formulado pelos lógicos. Como afirmamos em outro lugar (Santos 1979), a origem e o desenvolvimento do conhecimento científico não podem ser explicados apenas pela consideração dos chamados “fatores imanentes”, isto é, seus esquemas conceituais (ou paradigmas) e seus antecedentes lógicos e metodológicos, como pretende uma visão “tradicionalista”. Intervêm nesse processo**

outras duas séries de fatores: a) fatores psicológicos-sociais e individuais e b) fatores sócio-culturais, tomados numa acepção ampla, compreendendo grupos sociais, instituições, “valores”, “ideologias”, educação, linguagem etc. Aproximadamente a mesma coisa afirma Koestler (1975) nesta passagem: “O desenvolvimento da ciência não pode ser isolado do contexto histórico, do clima de opinião de uma determinada época ou civilização; ela influencia e é influenciada por sua filosofia, religião, arte, organização social, necessidades econômicas. Porém, o pensamento científico, não obstante, desfruta de uma considerável parcela de autonomia”. Sendo assim, sua explicação plena deve ter como quadro de referência obrigatória a situação histórico-social da qual emergem, sua análise deve abrir-se para o exame de fatores políticos, econômicos, psicossociais etc., sem cujo entendimento nenhuma explicação seria completa.

Dentre as ciências sociais, a primeira, e até recentemente a única, a reconhecer que o conhecimento não é determinado apenas imanentemente e que alguns de seus aspectos derivam de fatores extrateóricos foi a sociologia do conhecimento (Merton 1947). Embora todos os especialistas dessa área de estudo admitam haver conexões de determinação entre as produções mentais e as bases existenciais (ou quadros sociais), divergem, porém, em relação ao que é que se deve entender por umas e por outras, isto é, quais são os determinantes e o que é determinado. Fica claro, todavia, pela análise de suas contribuições que, por determinante, por base existencial, nesse contexto, não se deve entender necessariamente apenas a sociedade total. Uma sociedade complexa se subdivide, para efeito de análise, em múltiplas partes constitutivas, em subsociedades, grupos sociais, grupos profissionais, classes, grupos étnicos, etários etc., que são portadores de interesses próprios, divergentes e, muitas vezes, mutuamente excludentes. Numa sociedade complexa como a nossa, a **estrutura do conhecimento**, a “visão do mundo”, se **reproduz** em suas linhas gerais e grandes temas, em todas as suas subdivisões. Porém, **essa reprodução não se processa com inteira fidelidade**; mantém com aquele padrão geral uma relação que pode ser pensada como uma relação entre um “tema musical e suas variações”. Isto porque a **internalização da estrutura do conhecimento é feita através de mediações**, isto é, é apreendida através de categorias mentais que se organizam em função de uma diversidade de fatores econo-psicossociais etc., que afetam desigualmente os subsistemas sociais. Assim, voltando à imagem anterior, as variações podem estar muito próximas do tema, teremos, então, uma sociedade bem integrada. Ou, então, as variações locais podem estar tão distantes do tema básico, que o resultado é uma desarmonia total: nossa sociedade está muito próxima deste caso (Stark 1963). Nesta situação, grupos sociais determinados, como por exemplo as classes sociais portadoras de interesses divergentes e irreconciliáveis, desenvolvem sua própria visão do mundo e, portanto, constroem e interpretam a realidade – de modo particular e destacando a realidade social – a partir de pressupostos que lhe são próprios e específicos. As teorias, as

metodologias de investigação que esses grupos, ou indivíduos que são intelectual-mente a eles vinculados constroem, refletirão sempre seus interesses básicos e operação, de modo quase sempre subliminar, no sentido de favorecer a realização de seus objetivos práticos. Aceitar, como aceitamos, esta perspectiva do conhecimento é afirmar que não existem teorias, metodologias e técnicas de observação absolutamente neutras.

Tendo como quadro de referência geral essas considerações, discutiremos, finalmente, alguns problemas que julgamos básicos das pesquisas sociais, sobretudo no que se refere à escolha dos métodos de observação.

Nenhuma pesquisa científica pode se desenvolver sem uma teoria que a oriente. Se este requisito é um imperativo para as ciências em geral, o é com muitas razões para a pesquisa social, em função das particularidades do seu objeto. Este objeto é a realidade social dentro da qual vivemos e cujos problemas gerais enfrentamos cotidianamente. Ao estudá-la, estamos estudando a nós mesmos; estamos estudando coisas que nos são próximas e familiares. Esta familiaridade e proximidade cria aquilo que Bordieu (1968), no seu excelente livro *Le métier de sociologue*, chama de *ilusão da transparência*, ou seja, a *ilusão de que os fenômenos sociais "falam por si mesmos"* é tão evidente que seu conhecimento não exige nenhum preparo profissional, não exige recurso a nenhuma teoria e nenhum procedimento técnico-metodológico: basta querer, para conhecê-los imediatamente. Como decorrência dos efeitos dessa "ilusão", ao longo dos séculos, foi se acumulando um enorme conjunto de conhecimentos de senso comum sobre o homem e sua sociedade, produzido por filósofos, sábios e pensadores em geral. Foi somente a partir do século XIX que se criaram as condições históricas que tornaram evidentes as *falácias desse "saber" espontâneo* e a necessidade de se orientar cientificamente as reflexões sobre a sociedade, empregando-se métodos análogos aos que vinham dando tão bons resultados no estudo da natureza. Começou a surgir, então, tendo como pioneiros Comte, Durkheim, Spencer, Marx etc., uma série de propostas metodológicas, que se amplia aceleradamente no século XX, sem que (como era de se esperar) nenhuma delas obtivesse a aprovação consensual unânime dos praticantes das ciências sociais. Como diz Nagel (1968), "(...) as ciências sociais dão quase sempre a impressão de que são um campo de batalha de escolas de pensamento em guerra interminável, e que até questões que foram objetos de estudos intensos e prolongados debates permanecem na periferia, formada pelos problemas não resolvidos da investigação". Esta situação persiste até hoje.

Pois bem, diante desse quadro, como deve agir o agente do conhecimento a realizar uma investigação social? A resposta poderá ser a de que ele deve começar por observar os fatos relacionados com suas preocupações. Todavia, os fatos que nos interessam e preocupam não se destacam por si mesmos, nem são imediatamente visíveis para que os reconheçamos como tal instantaneamente. O investigador deve,

portanto, estabelecer hipóteses orientadoras do seu trabalho, que antecedem a coleta dos fatos propriamente ditos. Mas, para formular tais hipóteses, ele necessita de uma "teoria geral" que delimite seu campo de observação e estabeleça as condições em que os fenômenos empíricos se relacionam uns com os outros. É sempre imperiosa essa opção prévia por uma determinada teoria e por uma metodologia a ela correspondente.

Portanto, podemos dizer que, diante do objeto de sua investigação, o sujeito deve traçar previamente uma estratégia e uma tática para abordá-lo, visando conhecê-lo cientificamente, isto é, deve tomar um conjunto de "decisões metodológicas", das quais a escolha da teoria é a primeira e mais fundamental. Isto quer dizer que, antes de tomar decisões de detalhe, como por exemplo escolher as técnicas de investigação que vai utilizar (questionários, entrevistas, história de vida etc.), deve decidir-se por uma linha de demarcação teórica que vai orientar, fornecer os parâmetros gerais de sua investigação: funcional, dialética, estrutural, compreensiva etc.

Na sua decisão por uma determinada linha teórica, para não cair numa confusão metodológica, o investigador deve ter presente em sua mente que as várias teorias não são equivalentes entre si, ou seja, não são formas distintas para se atingir o mesmo resultado, podendo ser usadas indiferentemente; tampouco são complementares entre si, podendo ser aplicadas conjunta e simultaneamente. Cada uma delas se vincula a uma determinada perspectiva, se articula com interesses extrateóricos que as afetam mais ou menos intensamente. Antes da sua escolha, deve procurar desvendar esses nexos, submetendo as teorias a uma crítica metodológica sem concessão, para não cair na armadilha da neutralidade do método. Se todas as técnicas de investigação introduzem algum tipo de distorção à representação do real, a vigilância epistemológica rigorosa deve tornar-se uma quase obsessão, para que as interferências ideológicas sejam reduzidas ao mínimo humanamente possível: "É preciso desmistificar a falsa neutralidade no plano da metodologia, isto é, questionar as técnicas particulares ultrapassando o simples bom senso para chegar a uma evidenciação dos mecanismos cognitivos e sociais operando nos procedimentos. Mecanismos estes que são mais ligados a práticas sociais, administrativas ou políticas, do que a critério da ciência pura" (Thiollent 1980).

## REFERÊNCIAS

- BORDIEU, P. *Le métier de sociologue*. Paris, Bordas Mouton, 1968. v.1.
- ENGELS, F. *Dialetique de la nature*. Paris, Sociales, 1953. p.233.
- KOESTLER, A. *The act of creation*. New York, Laurel, 1975. p.238.



- KUHN, T. *The structure of scientific revolution*. Chicago, Univ. Press, 1970. p.113.
- LIMOEIRO, M. O mito do método. *Cad. PUC, São Paulo*, (7):3-4, s.d.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre, Globo, 1955.
- MERTON, R.K. La sociologie de la connaissance. In: MERTON, R.K. & GURVITCH, G. *La sociologie au XXe siècle*. Paris, PUF, 1947. v.1, p.384.
- NAGEL, E. *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires, Paidós, 1968. p.405.
- SANTOS, I.R. *Os fundamentos sociais da ciência*. São Paulo, Polis, 1979.
- STARK, W. *La sociologia del conocimiento*. Madrid, Morata, 1963. p.112-4.
- THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980. p.128.